BOLETIM

ANO XXIII Nº. 05 - MARÇO DE 2000

apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

CAMPANHA SALARIAL 2000

A ANDES-SN _ e especificamente a nossa Associação Docente – APUBH _ está em plena campanha para obter a reposição das perdas salariais acumuladas desde o início do Plano Real. Cumpre-nos transmitir a todos as últimas informações que traduzem este trabalho.

A Campanha Salarial 2000 foi definida no 19º Congresso Nacional da ANDES-SN, realizado em Juiz de Fora entre 21 e 27 de fevereiro último. Aí estabeleceu-se a reivindicação de 64% de reajuste para cobrir as perdas acumuladas nos últimos 5 anos, de acordo com o cálculo do Dieese. Se obtivermos este índice, desistiríamos da GED como forma de recomposição salarial. Lembremos que índice adotado é parâmetro para a campanha salarial dos juízes.

Notória é a vassalagem da grande mídia ao projeto econômico do governo que trata de impor ao país o chamado "pensamento único" ou o "consenso de Washington". O próprio Plano Real foi concebido para atender às exigências deste acordo. Hoje todos o sabemos: o projeto que criou este plano trazia embutida a extinção de qualquer política salarial. O que veio significar, com o tempo, o fim dos reajustes de todos os trabalhadores, congelamento dos salários dos servidores públicos, corte drástico das aposentadorias sob a falsa promessa de que haveria necessidade de recursos para investir em saúde, educação, moradia, empregos... O que se tem visto é justamente o contrário. Estamos vivendo arrocho e crescimento de desemprego a olhos vistos. A estabilidade econômica acabou e o dólar, que no início do Real valia R$0,89, hoje vale R$1,80. A grande mídia omite a importância das questões em jogo. por significar crítica e desmascaramento à política do governo.

É chegado o momento de intensificar a luta pela dignidade do Servidor Público e, em nosso caso específico, pela defesa da Universidade Pública e por melhores condições de trabalho. Vamos nos reunir e debater a melhor forma de empreendê-la, conclamando, inclusive o povo para engajar neste processo que, no fundo, é de repúdio à política econômica imposta a todos os brasileiros.



Avaliação do 19º. Congresso da ANDES-SN
Página 2

Reajuste da GED
Página 3

Instituição da GID
Página 5

Ação jurídica
Página 8

O 19º. Congresso da ANDES

Em uma situação de extrema divisão interna, ocorreu em Juiz de Fora – MG o 19º Congresso da ANDES-SN, no período de 21 a 27 de fevereiro. A discussão e aprovação das propostas a serem encaminhadas aos fóruns do movimento tiveram como pano de fundo a eleição – que se avizinha – da diretoria do sindicato nacional.

Os delegados que fazem oposição à atual Diretoria da ANDES estiveram presentes em maioria e conseguiram rejeitar, de forma sistemática e orquestrada, todas as propostas da diretoria, inúmeras com relação ao mérito, outras com relação a pequenos detalhes de forma ou redação.

Lamentamos que as principais decisões tomadas pela Assembléia de Professores da UFMG de 10/02/2000 foram também rejeitadas.

Quanto à autonomia universitária, o artigo 207 da Constituição que trata da questão deverá ser entendido como auto-aplicável, ou seja, não se admitirá nenhuma legislação infra-constitucional que o regulamente. Esta posição opõe-se à manifesta pela Assembléia de Professores da UFMG que entendeu que, se há pelo menos um aspecto da Autonomia que exija legislação infraconstitucional, não vale falar em autoaplicabilidade intransitiva. Consideramos preocupante a possibilidade de essa decisão gerar uma postura de expectativa e inércia, dispensando a discussão do assunto em seu mérito, dificultando possíveis iniciativas da Frente Parlamentar em defesa da Universidade Pública e, principalmente, deixando a regulamentação da Autonomia à mercê de um governo de mandos e desmandos, absolutamente não confiável e que tem um projeto de Autonomia já rejeitado pelo movimento docente, por várias universidades, pelo Conselho Universitário da UFMG e inclusive por nossa Assembléia.



A professora Rosdângela Carrusca, fazendo a defesa das propostas da Assembléia da UFMG

Outra decisão da Assembléia da UFMG que também foi derrotada refere-se à Carreira Docente. Havíamos resolvido aqui em Belo Horizonte que levaríamos a proposta de se reabrir a discussão sobre o tema, fazendo portanto uma revisão da proposta protocolada no MEC logo após o Congresso de Manaus de 1993. Um dos pontos a serem rediscutidos seria a titulação enquanto forma exclusiva da ascensão funcional, por julgarmos injusto o não reconhecimento de atividades outras, legítimas e inerentes ao trabalho docente universitário, além de perfeitamente adequadas para aferição de mérito e experiência. Essa contradição é evidente em áreas artísticas e profissionais; neste último caso, por exemplo, nas situações em que o trabalho assistencial é muito relevante, é preciso encontrar formas de considerá-lo na progressão funcional. Há também questionamentos que não cessam de reaparecer a respeito da possibilidade de prejuízos que a implantação da nova carreira tenderia a acarretar para os que se aposentarem na situação atual. Finalmente, o critério único de ascensão incide diferenciadamente nas regiões do país onde a oferta de titulação formal é incipiente. Dar a oportunidade de qualificação aos professores que lá trabalham exigiria seu massivo deslocamento geográfico nos prazos curto e médio, o que é evidentemente uma proposta utópica. Infelizmente a proposta vencedora sacramentou a carreira aprovada em 1993, sem modificações.

No tratamento da questão financeira, a Diretoria da ANDES propôs, em consonância com uma discussão que já se arrasta há 5 anos, a criação de um Conselho Fiscal independente, eleito nacionalmente e que seria responsável pela análise técnica das contas do Sindicato. Essa necessidade se justifica porque o CONAD (Conselho Nacional das Associações Docentes), que estatutariamente deveria cumprir essa função, tem se encarregado da avaliação política das contas mas não tem conseguido fazer a análise técnica exigida. Essa proposta também foi rejeitada pelos delegados opositores presentes. Consideramos uma perda política não termos conseguido criar o Conselho Fiscal, o que só faria engrandecer e avalizar, com devida transparência e seriedade, o trabalho político do Sindicato Nacional.

Quanto às alianças a serem tecidas com as forças sociais, a maioria do Congresso recusou apoio ao "Manifesto em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho", manifesto este que vem subscrito por personalidades e representantes dos mais diversos setores progressistas e democráticos da sociedade e também pelos partidos de oposição ao governo: PT, PC DO B,

PCB, PV, PSB e PDT. Acreditamos que o documento traça um caminho político no sentido da recomposição de um tipo de aliança como a que sustentou as lutas pela Anistia e pelas Diretas Já e a que culminou no impeachment de Collor. Sua linha aberta, ampla e tolerante nos parece especialmente em consonância com os ideais pluralistas da universidade, em oposição ao purismo sectário de outros documentos que só seriam assinados por meia dúzia de pessoas, fadadas ao isolacionismo.

Finalmente, às 8:00 da manhã do 7º dia ininterrupto de discussões e com 15 horas de atraso, o Congresso foi interrompido antes do término dos trabalhos previstos, devido à ausência de quorum. Houve pelo menos uma questão polêmica que não pode ser discutida: os delegados que fazem oposição à Diretoria pretendiam aprovar a retirada da indicação dos representantes dos professores ao Conselho Nacional de Educação.

Pensamos que essa corrente de oposição, que almeja retornar à diretoria da ANDES, está equivocada em sua concepção político-sindical estreita e isolacionista, e, principalmente, em seus métodos que fazem substituir discussões políticas por pressões de maiorias eventuais.

Perderam os professores? Pensamos que não. Há muito que se fazer à frente de um Sindicato que representa uma categoria séria, responsável e comprometida com a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. E também comprometida com a busca de uma sociedade mais justa. Há que se lutar por isso, de forma conseqüente e sem desvios.

Este é o entendimento da diretoria da APUBH sobre os eventos do 19º Congresso da ANDES. O espaço do Boletim fica aberto para qualquer outra interpretação por parte de membros da delegação.

A diretoria da APUBH.

Campanha Salarial dos Servidores Públicos Federais

No dia 09.02.2000, foi lançado pela CNESF - Coordenação Naconal das Entidades de Servidores Públicos Federais - o "Manifesto ao Povo Brasileiro", sobre a situação salarial. Foi também deflagrada a campanha nacional salarial unificada dos Servidores Públicos Federais (SPF), que já está em andamento através de várias atividades nos diferentes estados. O índice de reajuste pleiteado é de 64%

Reajuste da GED

Depois de ter prometido, desde o final da greve de 1998, um reajuste de 10% no valor da GED, o governo finalmente editou em 27 de março de 2000 a MP número 2020 que, além de instituir a GID para os professores da carreira de 1º.e 2º.graus, reajusta em 30% o valor da GED com pagamento retroativa a partir de 1º.de janeiro de 2000.

Esta medida vem em consonância com uma política governamental de mais de uma década de institui gratificações salariais por oposição à concessão de reajustes salariais, conforme posição continuamente defendida pelo movimento docente. De fato, tanto as gratificações por dedicação exclusiva e por titulação, resultantes de movimentos grevistas anteriores obedecem à mesma lógica de evitar reajustes no salário e acrescentar parcelas de remuneração que cada vez se tornam mais importantes que o valor básico.

Com isto o governo federal tem conseguido evitar que a pressão salarial do movimento docente signifique ganhos para as outras categorias dos servidores públicos federais e mesmo que se estenda aos funcionários das universidades. A GED aprofundou esta tática divisionista do governo na medida em que lhe deu chances de introduzir uma cunha entre ativos e aposentados, questão que não foi resolvida mas que indubitavelmente foi minimizada pelos professores em greve frente à primeira proposta do governo federal (PID) que excluía integralmente os aposentados.

Mas o divisionismo não se reduz a este problema. Também entre os professores em atividade, a GED tratou de evitar o reajuste geral pleiteado através de uma avaliação que cada dia demonstra com maior clareza sua inadequação para medir a qualidade do trabalho docente. Na verdade, depois de instituída, o governo baixou uma portaria que criava critérios restritivos adicionais para que o universo dos professores em atividade ficasse impedido de receber a totalidade da gratificação.

Mantemos nossa posição de que a GED significa o ganho salarial que foi possível obter em dado momento, dada a correlação de forças no Congresso Nacional. No entanto, reiteramos que nossa reivindicação é a incorporação de todas as gratificações ao salário em seus valores máximos, para o conjunto dos professores da Instituições Federais de Ensino Superior.

Prêmio Andes de Arte Universitária

Numa iniciativa pioneira de incentivo e divulgação do trabalho acadêmico, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior está promovendo o "Prêmio ANDES-SN de Arte Universitária Brasileira". Lançado em novembro último na sede da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, o prêmio contempla doze categorias: música, teatro, cinema, pintura, conto, poesia, dança, fotografia, desenho, critica de arte e ensaios sobre o índio e o negro brasileiros. Cada categoria terá uma comissão julgadora formada por três professores das respectivas áreas.

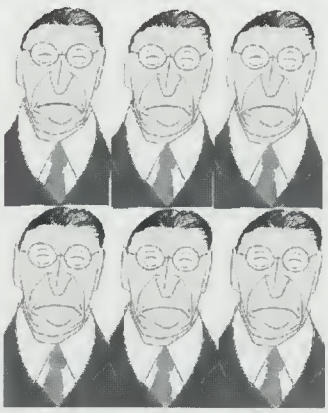
Além de premiar, em cada categoria, os três melhores trabalhos com R$ 3.000, R$ 2.000 e R$ 1.000, respectivamente, a ANDES garantirá sua divulgação nas universidades e, de acordo com a modalidade, na revista "Universidade e Sociedade", editada pela ANDES.

Poderão participar todos os professores sindicalizados à ANDES e as inscrições, que vão até o dia 30 de abril próximo, podem ser feitas nas associações de docentes em todo o país, ou na sede da ANDES, no campus da UNB, em Brasília, fone (61) 347 2028.

Os prêmios serão entregues durante um evento que ocorrerá na última semana de junho em Belo Horizonte (MG), coincidindo com a posse da nova diretoria da ANDES, quando serão apresentados todos os trabalhos selecionados.



ALGUNS BANQUEIROS
ACHAM QUE É O MÁXIMO



SEIS MINISTROS
ACHAM QUE É O MÁXIMO



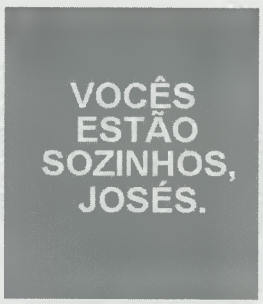
UM PRESIDENTE
ACHA QUE É O MÁXIMO



MAS 50 MILHÕES DE JOSÉS
ACHAM QUE É O MÍNIMO...



E AGORA, JOSÉ ?



Lor, sobre poema de
Carlos Drummond de Andrade

Pagamento de PSS e anuênios

Os ministérios do Planejamento e da Fazenda concordaram em devolver os R$600 milhões a 550 mil servidores públicos federais relativos à cobrança indevida do Plano de Seguridade Social - PSS. A devolução será feita em junho e dezembro de 2000.

Há entendimentos em curso para pagar os anuênios a 60 mil servidores que eram celetistas e passaram para o regime jurídico único em 1990. Na proposta em discussão, o pagamento deverá ser parcelado em quatro vezes, nos meses de junho e dezembro de 2001 e 2002.

Para os dois casos, a escolha do mês prejudica os servidores porque pode incidir alíquota diferenciada de imposto de renda, diminuindo ou até anulando o diferencial recebido. Estaremos atentos para a possibilidade de negociar a alteração dos meses de pagamento.

MP INSTITUI A GID

Todos sabemos que o desfecho da greve dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em 1998 não teve o mesmo resultado de recomposição salarial para todos os professores, particularmente àqueles que são da Carreira do Ensino Fundamental e Médio (antigos 1º.e 2º.Graus). A estes professores, a partir de uma ação intensa da diretoria da ANDES-SN, foram concedidas bolsas a partir do estabelecimento de contratos entre a CAPES e cada uma das IFES, renováveis de seis em seis meses até que fossem reestruturada a Carreira Única, através de um Projeto de Lei.

No início de fevereiro tivemos o anúncio, por parte do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), da não renovação deste contratos das IFES com a CAPES, quebrando a continuidade do pagamento das bolsas dos professores, o que, aliás, contradiz totalmente a informação dada por esse mesmo ministério, através do diretor financeiro da Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC), prof. Valente, à diretoria da ANDES-SN no final de dezembro.

O Sindicato Nacional, ao tomar conhecimento do corte das bolsas, imediatamente agiu frente ao MEC para que o pagamento fosse mantido, chegando a sugerir formas alternativas de continuidade dos contratos com as IFES, como por exemplo através da edição de uma Medida Provisória (MP). O ministério pediu um período para verificar qual a sua maneira de solucionar mais esta atrapalhada que cometeu e, em pleno 19º Congresso Nacional da ANDES-SN, ocorrido entre 21 e 26 de fevereiro na cidade de Juiz de Fora, o próprio Ministro telefonou para anunciar , oficialmente, que seria resolvida a suspensão do pagamento através da edição de uma Medida Provisória.

Embora não seja exatamente este o pleito que temos quando a nossa recomposição salarial, particularmente para os professores da Carreira de Ensino Médio e Fundamental, o anúncio da possibilidade de uma gratificação, com os maiores valores da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) do Ensino Superior, para todos os professores, veio como um alento, já que as bolsas sempre foram uma solução provisória e com sérios riscos de serem extintas.

Mas como já não é mais surpresa para nenhum de nós, mais uma vez o Ministro mostrou o quanto está subordinado a equipe econômica deste governo e, por possível pressão desta nova missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Brasil, demorou mais de um mês para cumprir sua palavra publicizada durante o 19º Congresso da ANDES-SN: datada de 24, em 27 de março sai publicada a MP instituindo a GID - Medida Provisória nº 2.020.

A GID será composta por duas partes: uma fixa, com 60% dos valores integrais da Gratificação, o correspondente a 48 pontos da GID, que será concedida também aos aposentados que até agora estavam até mesmo sem a bolsa e será o valor mínimo que um professor que ministra 8 horas aula por semana, de acordo com a LDB, receberá; outra parte variável, a chamada "avaliação qualitativa" que completaria a pontuação chegando a 80 pontos e atingindo os 100% dos valores da Gratificação que ainda depende de regulamentação através da instituição de Comissões Locais de cada IFES para configurarem seus critérios e envia-los à Comissão Nacional do MEC.

No texto da Medida Provisória encontramos uma tabela com índices que, se multiplicados pelos 80 pontos máximos que serão computados a partir da avaliação qualitativa. Abaixo mostramos como ficará, em reais, o montante da Gratificação por cada regime de trabalho e nos diferentes níveis de titulação. Tabela da GID máxima possível, por Regime de Trabalho e por Titulação (**Tab.1**)

Chegamos aos valores desta tabela com a Gratificação de Incentivo à Docência multiplicando os índices publicados na tabela da Medida Provisória pelos possíveis 80 pontos máximos que serão atribuídos à GID. Para os professores aposentados, que como no caso da GED dos professores da Carreira de Ensino Superior não sofreram "avaliação qualitativa", os valores da GID serão de 60% dos publicados na tabela acima. Enquanto não forem concluídos os trabalhos das Comissões Locais de cada IFES e da Comissão Nacional instituindo os critérios desta "avaliação qualitativa", todos os professores receberão esta parcela fixa, igual à dos aposentados. A partir de "avaliados", deverão receber o complemento da GID, retroativamente a 01 de janeiro do ano 2000. Assim, a tabela com 60% da parcela fixa é:

Tabela da parte fixa da GID que será paga aos professores aposentados - 60% dos valores em reais ou 48 pontos do total de 80 pontos que serão atribuídos com a "avaliação qualitativa". (**Tab. 2**)

O momento continua sendo de uma necessária mobilização e envolvimento dos Docentes da Carreira de 1º e 2º Graus pois devemos influenciar na composição da Comissão da UFMG que elaborará os critérios locais da GID, participando e exigindo ampla discussão. A situação continua grave pois os valores da GID, se positivamente são maiores do que os valores das bolsas e agora atingem também os professores aposentados que estavam sem nenhuma forma de reajuste desde a greve de 98, negativamente são valores muito inferiores aos da GED do Ensino Superior que acaba de receber um aumento de 30%.

Devemos nos organizar com discussões nos Departamentos, Unidades e finalmente em Assembléia Geral da APUBH. É fundamental que a GID não repita a seqüência de equívocos que tivemos na GED, principalmente quanto à sua compreensão que, para a APUBH é uma forma de reajuste salarial e para a reitoria é uma forma de avaliação do trabalho docente.

Tabela 1:

Escolaridade	20 Horas	40 Horas	Dedicação Exclusiva
Graduação	R$ 128,80	R$ 257,60	R$ 393,60
Aperfeiçoamento	R$ 128,60	R$ 257,60	R$ 393,60
Especialização	R$ 128,60	R$ 257,60	R$ 393,60
Mestrado	R$ 196,80	R$ 393,60	R$ 606,40
Doutorado	R$ 242,40	R$ 484,80	R$ 742,40

Tabela 2:

Escolaridade	20 Horas	40 Horas	Dedicação Exclusiva
Graduação	R$ 77,28	R$ 154,56	R$ 236,16
Aperfeiçoamento	R$ 77,28	R$ 154,56	R$ 236,16
Especialização	R$ 77,28	R$ 154,56	R$ 236,16
Mestrado	R$ 118,08	R$ 236,16	R$ 363,84
Doutorado	R$ 145,44	R$ 290,88	R$ 445,44

EVENTOS

1. Mulheres - De 8 de março a 17 de outubro de 2000, acontece a Marcha Mundial das Mulheres, com várias atividades em diferentes países. É uma grande mobilização internacional, contando já com a adesão de 3.500 grupos de 146 países, para tornar visíveis a presença e as reivindicações das mulheres na luta, contra a discriminação, a pobreza e a violência.

2. Nos dias 3, 4 e 5 de maio de 2000, será realizado em Brasília, no Auditório Dois Calangos da UnB, o Seminário Internacional "A Universidade, o Ensino Superior e a Ciência & Tecnologia no Brasil e América Latina: Problemas, Soluções e Perspectivas". O seminário é uma realização da ANDES-SN em parceira com o NESUB - Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior da UnB e com o CEPPAC - Centro de Pós-graduação e Pesquisa sobre a América Latina e Caribe.

3. Está marcada para os dias 23 e 24 de maio próximo a eleição da Diretoria da ANDES - SINDICATO NACIONAL, para o biênio 2000/2002.

4. O 40° CONAD (Conselho Nacional das Associações de Docentes) será realizado no final de junho, em Belo Horizonte, sediado e organizado pela APUBH.

Direito a resposta

O futuro nada mais é do que um vazio indiferente que não interessa a ninguém, mas o passado é cheio de vida e seu rosto irrita, revolta, fere, a ponto de querermos destruí-lo ou pintá-lo de novo. Só queremos ser mestres do futuro para podermos mudar o passado.

Milan Kundera. O Livro do Riso e do Esquecimento.

Causou-nos grande desconforto a matéria "Mais perto dos professores" (Boletim APUBH, no. 4, dez. 99, 2), lida, durante a solenidade de posse da nova diretoria da APUBH, pela prof.a. Tânia Hiroshi, em nome da presidente que encerrava sua gestão. O "relato" das atividades realizadas pela diretoria que transmitia o cargo (1997-1999) tem, como pano de fundo e termo de comparação, a diretoria que a antecedeu (1995-1997), encabeçada pela prof.a. Maria Dirlene Marques. Vamos designar por A a gestão 1995-1997, por B a gestão 1997-1999 e por C a que se inicia.

Para falar de si, B nega A, da qual diz ter "divergido", inaugurando "métodos de gestão" e de "ação política" novos. B culpa A por atitudes "personalistas", enquanto que se descreve como privilegiando a "atuação coletiva". Nada vimos que justifique tais afirmações que têm, antes, o sabor de ofensas a A.

A gestão B, uma vez empossada, "surpreende-se" agradavelmente com o aumento imediato de participantes nas assembléias, mas escamoteia a razão principal de tal ocorrência, a greve nacional, que é tratada como fato independente. Além disso, se esquece das assembléias vazias do final de gestão.

Em um dos raros momentos em que a fala de B se descola de A, B diz que o resultado da greve foi um inegável sucesso. Discordamos. Foi - e continua sendo - uma humilhação para os professores em exercício, uma violação da autonomia universitária e a aceitação de uma ação inconstitucional contra aposentados e professores de 1° e 2° graus.

A gestão B apresenta, sempre em oposição a A, como realizações suas, algumas que vêm sendo feitas há 22 anos (remanejamento de funcionários, reorganização de arquivos, publicações, debates, seminários, participação em encontros da Andes-SN ou de entidades afins, participação em manifestações públicas), outras, rotineiras (atualização informática, contatos com os meios de comunicação de massa, defesa de professores com direitos ameaçados, manutenção de assessoria jurídica) e, finalmente, ações iniciadas na gestão A (edição do livro de memória "APUBH: 20 anos", utilização de out doors, atividades de lazer, atendimento jurídico permanente através de plantões na Sede).

Dois projetos começados na gestão B - o banco de dados e a pesquisa sobre a previdência - são, sem dúvida, relevantes e atendem a demandas enunciadas pelos professores. Quanto às mudanças feitas no Boletim da entidade, a apresentação gráfica parece-nos desnecessariamente cara, dado o papel utilizado.

No encerramento da fala, B afirma que C terá "condições mais favoráveis para dar prosseguimento ao trabalho", deixando subentendido que as próprias condições foram desfavoráveis.

O "relato" - ou o caso contado - é mais estranho ainda quando se considera que a gestão B teve em sua diretoria professores que fizeram parte da gestão A e continuam na gestão C. Por que ofendê-los? Em todo o texto, o "detalhe" de que há uma continuidade de A a B e de B a C parece esquecido. Isso mostra que o alvo das críticas é outro. Qual é esse passado "cheio de vida", cujo rosto "irrita, revolta, fere", a ponto de quererem "destruí-lo ou pintá-lo de novo"?

Não queremos relatos, avaliações unilaterais, parcialidade. Não queremos uma história reescrita. O conhecimento da realidade da APUBH e a avaliação de seus rumos só podem ser obtidos ouvindo-se o coletivo, que dificilmente compartilha da visão apresentada pela gestão B. O movimento docente não é "coeso" (uniforme), nem se satisfaz apenas com a preservação da "democracia interna" da diretoria, responsável por uma atuação "em conjunto".

À nova gestão, desejamos todo o sucesso. Cremos que exercerá plenamente a democracia. Gostaríamos, também, que tolerasse as diversidades. Pedimos que o faça.

Março/2000

Concessa Vaz de Macedo - FACE
Elza Mello - Fac. de Medicina
Marília Novais da Mata Machado -FAFICH

Em busca de uma solução para a FAPEMIG

A APUBH, através do seu Departamento de Ciência & Tecnologia, tem tomado algumas iniciativas no sentido de contribuir para a solução do não cumprimento dos repasses constitucionais para a Fapemig.

No dia 09/02 tivemos uma reunião com o Presidente da Assembléia Deputado Anderson Adauto, com o líder do Governo Deputado Alberto Pinto Coelho e com o Deputado Rogério Correa, líder da bancada do PT, especificamente para tratar da questão da Fapemig. Nosso objetivo foi o de colocar estes deputados, próximos ao Governador, a par do problema, bem como cobrar deles, especialmente do líder do Governo, com o qual conversamos por mais de uma hora, solução definitiva para que os repasses constitucionais regulares fossem retomados.

Colocamos claramente a posição de que a única solução aceitável seria regularizar de vez os repasses integrais e discutir um cronograma de pagamento dos atrasados, cerca de R$60 milhões. Que a Comunidade Científica Mineira já havia esperado tempo demais e feito concessões demais em relação aos repasses à Fapemig e que, no momento encontra-se em "pé de guerra". Na oportunidade, foram apresentados também exemplos específicos de grandes prejuízos científico-tecnológicos já ocorridos para o Estado, e comparada a situação Paulista, que tem uma Fundação que investe cerca de R$300 milhões/ano e a penúria dos pesquisadores do estado de Minas Gerais. Os Deputados ficaram com exemplares de uma das revistas "Fapesp Pesquisa" como amostra da desigualdade entre o financiamento da pesquisa entre São Paulo e Minas Gerais.

A conversa foi avaliada, por todos os presentes, como bastante produtiva, tendo o Líder do Governo se comprometido a falar pessoalmente com o Governador. O Presidente da Assembléia Legislativa também comprometeu-se a intervir no sentido de encaminhar a solução, até porque, em suas próprias palavras "a lei tem que ser cumprida". O Presidente da Assembléia pediu-nos um prazo de 15 dias para que houvesse uma resposta, sugerindo que, neste ínterim, procurássemos também o Secretário da Fazenda. Desde então temos tentado insistentemente e sem sucesso marcar audiência com o Secretário da Fazenda.

De posse da informação de que haveria em 16/02 uma reunião entre a Secretários da C&T e da Fazenda, para tratar da questão dos repasses para a Fapemig, nos reunimos antes com a Secretária. Margareth Spangler Andrade. Tivemos com ela uma conversa longa, no mesmo tom da conversa com os deputados. A Secretária insistiu que já havia sido feito um compromisso de liberação de R$2 milhões/mês para a Fapemig, que isto na sua opinião representava um avanço e que havia perspectivas de aumento no valor dos repasses. Explicitamos nossa posição de que este repasse representava, na verdade, um déficit mensal de R$3,5 milhões e que havia ainda a questão da dívida já acumulada. Reforçamos a posição de que, para a Comunidade Científica a única solução aceitável seria a de regularizar de vez os repasses constitucionais.

Até hoje, embora tenhamos contatado constantemente a Secretaria da Ciência e Tecnologia não recebemos qualquer retorno sobre o resultado de sua reunião com o Secretário da Fazenda. Da mesma forma, até o momento, não tivemos uma resposta oficial sobre a posição do Governo, ou mesmo sobre a disposição do Governo em solucionar o problema. Não conseguimos sequer marcar a audiência com o Secretário da Fazenda, mesmo com a intermediação do Gabinete da Presidência da Assembléia. No dia 29/02 foi, inclusive, enviado, por parte do Gabinete do Dep. Anderson Adauto, um ofício à Secretaria da Fazenda solicitando a audiência. No dia 12/03 fomos informalmente comunicados pela Secretaria da Fazenda que a questão referente à FAPEMIG já havia sido discutida na reunião entre a as secretarias da Fazenda e da C&T e que, "por estar o problema resolvido", não haveria a necessidade de marcar nossa audiência. Solicitamos a confirmação oficial desta informação junto ao Secretário mas, até o momento, não a obtivemos.

Resumindo, no quadro atual, a solução sob o ponto de vista do Governo parece ser o repasse à FAPEMIG de R$2 milhões mensais. Esta "solução" é evidentemente insatisfatória e inaceitável.

Não descartando a possibilidade de uma ação judicial, parece-nos essencial, no momento, uma ação política conjunta de todas as Associações de Professores e Entidades de Pesquisa no Estado, com manifestações, pressões e denúncias constantes, até que a FAPEMIG seja definitivamente conquistada pela Comunidade Científica de Minas Gerais.

Prof. Flávio O. Plentz Filho - ICEx
Prof.ª Andréa Mara Macedo -ICB
Departamento de Ciência e Tecnologia da APUBH

CADASTRE SEU E-MAIL

Para agilizar e melhorar a comunicação com nossos associados, solicitamos que os mesmos cadastrem seus e-mail's e mantenham seus endereços atualizados. O cadastro pode ser feito da seguinte forma:
Tel: (0xx31) 441-7211 ou *e-mail*: correio@apubh-ufmg.org.br

Ação jurídica

Em 1998 a APBH ingressou em juízo em nome de seus associados, para corrigir os saldos das contas do FGTS. Muitos professores não manifestaram interesse na época. Alguns grupos de funcionários públicos já ganharam na justiça o que nos anima a impetrar nova ação para aqueles que ainda não o fizeram.

A lesão ao direito dos trabalhadores se deu pela não aplicação sobre os saldos credores das contas vinculadas do FGTS, de alguns indices de correção monetária por ocasião da entrada em vigor de alguns dos últimos planos econômicos editados pelo Governo Federal, quais sejam:

06,82% sobre o saldo existente em julho de 1987.
42,72% sobre o saldo existente em fevereiro de 1989.
44,80% sobre o saldo existente em maio de 1990.
02,37% sobre o saldo existente em junho de 1990.
13,90% sobre o saldo existente em fevereiro de 1991.

Para o ajuizamento da ação, é necessário que os interessados possuam saldo credor na conta vinculada do FGTS no período compreendido (ou parte dele), entre junho de 1987 a fevereiro de 1991, abrangendo do Plano Bresser ao Plano Collor II.

A documentação necessária para ingresso na ação é a seguinte:

01 - Extrato analítico da conta vinculada, dos seguintes meses:

- **junho, julho e agosto de 1987;**
- **janeiro, fevereiro e março de 1989;**
- **março, abril, maio e junho de 1990;**
- **janeiro, fevereiro e março de 1991.**

Observação: Estes extratos devem ser requeridos de forma expressa, contra recibo, junto ao Banco depositário, onde se encontrava a conta vinculada na ocasião dos expurgos.

02. Xerox autenticado dos seguintes documentos:

- **CPF;**
- **Carteira de Identidade;**
- **Carteria de Trabalho, das seguintes páginas: onde se encontra a fotografia, a qualificação civil, o(s) contrato(s) de trabalho e a opção pelo regime do FGTS.**

03. Procuração devidamente assinada e com firma reconhecida em cartório.

04. Assinatura do contrato de honorários advocatícios.

Atenção: Procuração e contrato de honorários advocatícios estão à disposição dos interessados na sede da APUBH ou na *home page* da APUBH.

Maiores informações podem ser obtidas
na sede da APUBH - Fone: (0xx31) 441-7211
Estaremos recebendo a documentação necessária
para o ingresso na justiça até o dia 15 de maio (impreterivelmente)

IMPRESSO

TOME NOTA

Dia 25/03/00 realizou-se no auditório do SINPRO-MG, a 2ª. Plenária do Fórum Mineiro em Defesa da Escola Pública. A APUBH foi representada pelos professores José Antônio Armanelli, Vera Fernandes e Lízia Maria Porto Ramos. A professora Lizete Arelaro (USP/SP) fez uma avaliação da Educação Nacional e a professora Vera Brito (FAE/UFMG) discorreu sobre a Formação dos Professores.

DIRETORIA DA APUBH - GESTÃO 99/01

PRESIDENTE
Beatriz Alencar d'Áraújo Couto

1ª. VICE-PRESIDENTE
Ciomara Maria Pérez Nunes

2º. VICE-PRESIDENTE
Rodney Rezende Saldanha

1º. SECRETÁRIO
Délcio Vieira Salomon

2º. SECRETÁRIO
José Antônio Armanelli

1º. TESOUREIRA
Otávia Fernandes de Souza Rodrigues

2º. TESOUREIRA
Rosângela Carrusca Alvim

1ª. SUPLENTE
Maria Inês de Melo Toledo

2º. SUPLENTE
Juliana Vilela Bastos

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Nilson Ferreira Freitas

IMPRESSO
Mariti Artes Ltda.

TIRAGEM: 3.000 exemplares
APUBH - Rua Artur Itabirano, 70
Bairro São José/Pampulha - CEP 31275-020
Belo Horizonte - MG
Tel: (0xx31) 441-7211 - Fax: (0xx31) 441-1303
e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br
home page: http://apubh-ufmg.org.br